

MÃES EM LUTA: REFLEXÕES SOBRE UM NOVO TEMA

Rita de Cássia Santos Freitas

Resumo: Na década de 90 ganharam amplitude notícias que retratavam mulheres, especialmente mães, nas praças e ruas reivindicando justiça. O que uniria essas mulheres seria a maternidade e a violência que as tinham separado de seus filhos, mortos ou seqüestrados. Foi desse modo que pude perceber a construção de uma nova representação para a figura materna. Busco, nesse texto, problematizar os impactos e contradições, as continuidades e rupturas, que essa representação traz em seu bojo.

Palavras-Chave: Maternidades; Violência; Gênero.

Favela de Acari, Rio de Janeiro, julho de 1990. Um grupo de jovens se prepara para curtir alguns dias no campo”, jovens adolescentes que “transpiram felicidade”. Uma voz nos afirma que “aquele passeio tão esperado prometia boas recordações, afinal não era sempre que se podia reunir tantos amigos para um passeio como aquele.

Foi com essas palavras que o repórter Rodolfo Gamberini iniciou o programa “Câmera Record”, exibido em julho de 1999. Nove anos nos separavam, então, dos acontecimentos que ficaram conhecidos como o “Caso Acari”. Este não foi o único programa de televisão a tratar do assunto. Anteriormente, um “Globo Repórter” também teve como tema a presença de mães no espaço público. Neste, além das Mães de Acari, estiveram presentes ainda as Madres de la Plaza de

Mayo e a (na época) deputada estadual Regina Gordilho. No Câmera Record, outras mães também apareceram, mas a maior ênfase foi dedicada ao Caso Acari.

Este escrito também enfatiza o Caso Acari,¹ mas pretende expandir um pouco mais a análise, ao abordar outros casos que nos remetam diretamente ao aparecimento de mães na esfera pública. O que inicialmente me chamou a atenção foi a recorrência de notícias que falavam sobre a participação de mulheres, especialmente mães, fora do que seriam seus “contextos habituais”. Eram mães que apareciam nas ruas, invadiam os órgãos públicos, conversavam com autoridades, organizavam passeatas, falavam na televisão, ocupavam cargos públicos e viajavam para outros países para conversar com outras mães acerca da dura realidade que atingiu a todas: a violência

contra seus filhos. Elas ocuparam as páginas dos jornais e os noticiários das televisões (algumas viraram novela ou motivo para documentários, outras, tema de músicas, bem como inspiração para poesias). Essas mães invadiram ruas e praças (internacionalmente) reivindicando justiça. Foi a partir dessa realidade que, acredito, ganhou ênfase uma “nova” figura para o imaginário materno: a imagem de *mães que lutam*. É sobre essa construção que esse texto irá falar. Por outro lado, pensar mais amplamente nesse tema nos levará a polemizar acerca da suposta “novidade” dessa figura. Nesse sentido, aproveito esse momento para problematizar os impactos e contradições, as rupturas e continuidades, que essa representação traz em seu bojo e que repercute no cotidiano dessas mulheres.

Ao mostrar essas imagens, ao reforçar a figura dessas mulheres, algumas mensagens nos são passadas. As palavras possuem um significado, buscam construir uma imagem, contam, assim, uma história. Dessa forma, foi que utilizei-me de uma pesquisa realizada nos jornais de grande circulação, buscando captar o modo como essa figura foi, aos poucos, construída. Além de um estudo exploratório nos jornais (utilizei dados da imprensa escrita e falada), trabalhei com a metodologia da história oral, o que me permitiu o acesso a dados mais qualitativos acerca do dia-a-dia dessas pessoas. Mas não posso negar que se constituiu num momento bastante difícil, apesar de ter me possibilitado um grande aprendizado, tanto acadêmico quanto pessoal. Foi muito bom poder partilhar o cotidiano dessas mulheres, que me receberam muito bem, que para se debruçar sobre memórias (ainda) bastante doloridas.

O drama dessas mulheres começou em julho de 1990, com o desaparecimento de onze pessoas, sendo três meninas e oito rapazes. Desses onze, oito eram menores de idade. Os “Onze de Acari”, como ficaram conhecidos, desapareceram realmente em Magé, num sítio pertencente a avó de um dos desaparecidos. Aparentemente, o grupo viajou para fugir de policiais que estavam tentando extorquir dinheiro de alguns deles que tinham envolvimento em assaltos e roubos de cargas de caminhão. Bandidos ou não, o fato concreto é que estes jovens foram retirados deste sítio numa noite de julho de 1990 por homens que se diziam policiais e nunca mais foram vistos. Foi esse desaparecimento que possibilitou a organização das mães dos desaparecidos. A maternidade – elemento que historicamente possui uma dimensão crucial na elaboração de uma imagem para as mulheres – transformou-se numa categoria fundamental para a legitimação de suas lutas.

Mas, continuemos ouvindo o repórter narrar esse que parece ser um bucólico passeio no campo:

o cenário pobre da favela ficou logo para trás. A exuberância da região encanta o grupo acostumado a vida dura de um ambiente marcado pela violência e pela falta de horizontes.

Será interessante lembrar, nesse momento, a fala de uma dessas mães (Joana) que argumenta não saber o que os meninos iam fazer num lugar daqueles; “o fim da picada mesmo”, segundo ela. O próprio programa fala, posteriormente, que o rio que corta a comunidade era conhecido pela prática de desova. Mas o discurso do narrador ignora soberbamente esse fato (construindo uma outra rea-

lidade) e afirma que eles estavam muito felizes, posto que

o verde é uma cor que não faz parte do mundo acinzentado da favela. Eles acreditavam que no campo estariam longe da miséria e das armadilhas de Acari.

Resta a pergunta, se eram jovens tão inocentes, de que armadilhas estavam escapando? Se uma ênfase muito grande é dada à reconstituição do Caso Acari, contudo, o programa é mal informado sobre algumas passagens e tendencioso. Apenas no final desta parte, é que se fala no fato de haver no grupo, pessoas com suspeitas (embora seja certeza) de envolvimento criminosos.

Vale ressaltar que o problema de interpretações desse tipo é que elas parecem questionar a legitimidade do seqüestro não pela via da cidadania, mas porque eram pessoas inocentes e humildes. Algo que encontramos, inclusive, no discurso de algumas mães. Dessa forma, para o repórter, duas perguntas permaneceriam “em aberto”, ou seja: “Quem teria interesse em seqüestrar pessoas tão humildes? O que aqueles homens tentaram encontrar nesta casa?” O programa não se detém seriamente para responder essas questões. Na busca de um “clima” para o surgimento das Mães de Acari, apenas reforça-se o fato de que o acontecimento é, até hoje, um mistério. Dá-se um relevo especial ao fato de que o caso tinha tudo para cair no esquecimento, já que suas vítimas eram “todas negras, pobres e faveladas”.

Nesse momento é que surge com todas as cores a figura materna. O repórter afirma, então, que o caso só não morreu porque as mães dos desaparecidos “não se conformaram com a impu-

nidade que costuma arquivar para sempre histórias de pessoas humildes como essas”. Essas mulheres são retratadas como verdadeiras guerreiras. Continuando, ouvimos que essas mães lutaram contra o que seria um “destino comum” (o choro e os espaços da casa) para descobrir o que aconteceu com seus filhos. Estas, teriam abandonado a vida de simples donas-de-casa para mergulhar num mundo que, aparentemente, não dominariam, um “universo estranho com regras próprias e dominado pelo medo e pela violência”; ou seja, o espaço das ruas, o espaço dos homens, que aparece, neste tipo de interpretação, como sinônimo de um espaço violento e sem regras – que caberia às mulheres pacificar e ordenar.

Efetivamente, o programa atendia, de um lado, uma necessidade das próprias mães, que vêem nisso uma maneira de divulgação para suas lutas. Agora, por outro lado, creio que também devemos nos perguntar sobre que imagens de mães vão sendo construídas nesse processo. A fala do repórter não deixa dúvidas. Todas as frases com que inicia o programa são sintomáticas para a definição de um “modelo” de mãe. Estas mulheres são definidas como “mães que lutam contra a impunidade”; “mulheres marcadas pela tragédia”; “donas de casa que se agigantaram”; “mães em guerra contra crimes sem castigo”. E, por fim, “mães que investigam”, “mães que lutam”. É preciso lembrar que nomear algo faz com que esse algo passe a existir. Os apresentadores falam e narram uma história sem ter conhecimento pleno do poder de suas palavras. Isso porque as palavras têm poder, elas *fazem* coisas, criando medos, fantasias ou representações, como este programa e a mídia, de uma forma geral, ao contribuir para dar concretude às

Mães de Acari. Não quero com isso dizer que a mídia tenha o poder de “criar” um grupo, mas apenas atentar para as maneiras como pode contribuir (ou não) nesse processo.

Segundo Góis (1999), a “construção social da realidade” é capaz de exercer efeitos sociais seja de mobilização seja de desmobilização. A televisão “pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos”, é o que nos informa P. Bourdieu quando estuda a televisão. Pensar nas Mães de Acari como uma resultante (não mecânica) desse processo ajuda a compreender a importância da mídia. Dessa forma, ser uma Mãe de Acari possui um poder simbólico que define o papel e a ação das pessoas; define o que estas deverão ser em sua singularidade: – “uma guerreira” – uma imagem bastante enfatizada por todas –, ou ser como “a mãe de todos”, ao enfatizar-se a socialização da maternidade (SCHMUKLER, 1995).

A imagem da mãe, principalmente da mãe sofredora, a *mater dolorosa*, é constantemente utilizada. Prova disso são as fotos nos jornais onde elas sempre aparecem com a fotografia dos filhos, como para justificar sua presença ali, reatualizando a imagem de uma Pietá moderna. Neste programa, é enfatizado que essas mães agiriam por conta própria (desconsiderando o apoio recebido diversas instituições e mesmo de pessoas físicas) porque, além do desespero, não confiariam na justiça, nem na punição dos culpados. Elas, então, fariam o papel da polícia, “mesmo sabendo que vão trilhar caminhos perigosos e desconhecidos”. O perigo porque passam e a coragem que possuem são sempre realçados. A morte de Edméia (Mãe de Acari assassinada em 1993) é exemplar.

Outras mães também aparecem – esse é, aliás, um fenômeno constantemente realçado, como a mostrar a “universalidade” (e a transversalidade) do fato. Nos blocos seguintes encontramos exemplos de outras mulheres que teriam conseguido “quebrar a corrente do medo”. De nossas classes trabalhadoras surge a figura de D. Cícera Quitéria que perdeu-se de sua filha, Iara Danielle, de nove anos, na Estação do Brás, em São Paulo, em maio de 1991. A menina foi seqüestrada por um maníaco que a manteve trancada em seu barraco, numa favela da grande São Paulo. O programa enfatiza que através da sua “intuição de mãe” que lhe dizia que sua filha estava viva, essa mulher encontrou forças para continuar lutando. Salienta o repórter que, se não fosse o espírito de luta de D. Cícera “o final dessa história poderia ter sido outra”. A responsabilização por parte das mulheres pelo que acontece com os filhos reaparece neste momento (ainda que com outras cores). Afirma D. Cícera que “se as mães correrem atrás dos filhos que estão jogados pelo mundo, elas conseguem. Por causa que tem que ter esperanças, tem que ter fé, tem que ter coragem”. As mães, assim, têm que ser não apenas responsáveis pela sobrevivência e educação dos filhos; elas têm que ser também lutadoras e, por tanto, corajosas: “para fazer o que eu fiz tem que ter coragem”. Outro caso: Em dezembro de 1998, Aílton Crispin vendeu um carro e, quando foi receber o pagamento, foi brutalmente espancado e assassinado. Clarice Crispin, sua mãe, foi atrás dos criminosos conseguindo ajudar na prisão de dois deles: “agora, a gente está a procura do terceiro”, é o que nos fala essa mulher – parece-nos a fala de uma profissional!

Enfatizando a transversalidade desse sentimento materno, outras mães aparecem. Essas, pertencentes às camadas

médias, como Vera Lúcia Alves (que teve o filho assassinado em Cabo Frio, em 1994) e Vera Carneiro (cujo filho, Agostinho, foi morto em um acidente de trânsito, em 1990, provocado pelo ator Felipe Camargo que dirigia bêbado). A necessidade de buscar forças na dor e lutar por justiça “mudou” a vida de Vera Alves, é o que afirma o repórter. Vera fundou o “Movimento Pela Vida” que ajuda aos parentes de vítimas da violência; ela define seu trabalho, de um lado como apoio, um “ombro amigo” para as pessoas que estão vivendo momentos traumáticos, e, por outro lado, como uma assessoria jurídica, algo como ensinar o “caminho das pedras” para que as pessoas “não tenham que passar toda a *via crucis* que eu tive passar”. Já Vera Dias Carneiro que após a morte de seu filho começou a participar da AFAVI (Associação de Familiares e Amigos das Vítimas da Violência) afirma que persiste na luta pois acredita que “tem contas a acertar”. Esta afirma que diante de uma tragédia como essa (a morte violenta de um filho), se abrem dois caminhos para uma mãe: um, é permanecer de braços cruzados, curtir a sua dor e chorar – as pessoas respeitarão essa atitude “porque, de fato, eu perdi a maior parte de minha vida”. O outro caminho (que ela afirma ter escolhido) é exatamente descruzar os braços. Vera até cria um neologismo: *transbuscar*, ou seja, buscar a transformação, “transformar a dor em ação” (mesma frase que se encontra nas falas das Mães de Acari ou nas Madres de la Plaza de Mayo). Vera Carneiro (tal como Marilene – outra Mãe de Acari – me disse certa vez) diz que descobriu em si própria uma força que ela nem sabia que tinha; e afirma que essa força *sempre* aparece: “é uma coisa impressionante, incrível” – seria a “força das mães”, uma força que “naturalmente” estaria

presente em toda mulher, independentemente de classes e mesmo nacionalidades (MITERRAND, 1994)).

No Programa “Câmera Record”, a primeira mãe de Acari a aparecer é Vera. Séria, afirma que “a gente quer encontrar os nossos filhos”. E em tom explicativo, continua: “é um pedaço de mim; é um pedaço de todas as mães”. A visão de uma mãe “partida” retorna em quase todas as falas. Vera Carneiro é enfática. Em tom professoral, resume o drama:

O grito de uma mãe, ele não vem da garganta, ele vem do útero; é um pedaço da mãe que se vai então, é aquele instante maior, é uma perda muito grande, porque vai junto aquele pedaço da mãe, vai junto os projetos que a mãe depositou naquele filho, então, todo o projeto de vida desaparece nesse momento.

Mas vale destacar que, nesse processo, contraditoriamente, outros projetos foram sendo construídos – uma reflexão que quase nunca é realizada por essas mulheres. Em seus discursos, a ênfase é sempre dedicada à questão da perda dos filhos e da dor sentida – algo que não ponho em discussão. Contudo, quase não se reflete acerca das mudanças (algumas positivas) e crescimentos que só foram possíveis após o advento dessas perdas.

Mas voltemo-nos para o estudo dessas representações que vemos paulatinamente ser construída, especialmente pela mídia. Se é verdade que a imagem da mãe que sofre está sempre presente, não resta dúvidas que o maior espaço é reservado para a representação de *mães que lutam* – embora não se possa negar que essa representação também traz, embutido em si, um processo de dor.

Contudo, quando pensamos historicamente em mães na luta, percebemos que esse não é um fenômeno recente, apesar de ser apresentado como tal. As Madres de la Plaza de Mayo desde o final da década de 70 habitam nossas mentes. Num outro programa (MULHERES, 1999), podemos vê-las discursando: “Não vamos calar e não vamos ter medo de continuar denunciando como temos feito sempre”. Para Hebe Bonafini, presidente do grupo, a luta que essas mães travam tem a compensação maior de não deixar morrer seus filhos: “somos a voz deles, olhamos com seus olhos, falamos com sua boca, pulsamos com o seu coração e não os deixaremos morrer”. As Madres já possuem cinco livros editados. Matilde Sanches (jornalista e escritora argentina) foi autora do livro *Histórias das Madres*, e diz que, sem perceber, outros livros foram surgindo depois. Para esta mulher, as Madres da Plaza de Mayo fazem parte da identidade do próprio povo argentino. O tema *mãe* tornou-se recorrente para essa autora. Ela conta que escreveu um livro que fala exatamente sobre a transformação na subjetividade das mulheres com a chegada das crianças: “o que se passa com uma mulher quando aparece uma criança de alguma maneira transplantada à sua vida?” Como responder a esse tipo de “erupção”? Da mesma forma podemos nos indagar se o desaparecimento de uma criança não se transforma em uma nova erupção que põe em marcha novas modificações – modificações que estariam atingindo mães do mundo inteiro.

Prova disso foi o encontro organizado em Paris pelas Madres. A ocorrência desse encontro reforça o fato de ser esta uma tendência internacional. Neste, podemos vislumbrar um movimento que

congregou mães de todo o mundo em busca de seus filhos desaparecidos. A mídia foi enfática nos comentários, ao destacar que

mulheres de todo o mundo (estavam) irmanadas num único objetivo: descobrir onde estão seus filhos, desaparecidos em guerras, guerrilhas, ou seqüestrados por grupos de extermínio (O GLOBO, 22 mar. 1994).

Esse encontro em Paris teria o mérito de propagar para o mundo todo a dor das mães que lutam por seus filhos. Nos dois documentos a que tive acesso como resultantes desse encontro (uma poesia e uma espécie de “carta de intenções”), a violência dos tempos atuais é enfatizada como uma dimensão fundante em suas vidas. Isso as caracterizaria e uniria. Mas não apenas isso. Além da violência, é a maternidade a linha que costura essa união. Entendo que, nesse encontro, uma nova expressão foi cunhada e foi essa expressão, e tudo que ela traz de simbolismos e práticas, que tomei como objeto de minha tese de doutoramento (FREITAS, 2000), isto é, a imagem de *mães que lutam*. A poesia junto a tal documento, ainda que não se constituam em fontes exaustivas, nos propiciam compreender as linhas que ajudaram a construir essa imagem.

Alguns temas são recorrentes em ambas as fontes. A visão da maternidade como uma realidade que produz uma irmandade dividida entre todas as mulheres é proposição central de onde partem. A dimensão (inquestionável) do amor materno (e da responsabilidade por seus filhos) é por todas enfatizada e naturalizada; uma dimensão que deve ser partilhada por mulheres pobres, ricas ou da classe média; intelectuais ou analfabetas, de esquerda ou de direita. É isso que as

ajuda a criar uma identidade (e um projeto) comum. Outro tópico que sempre aparece, como já disse, é a violência. O binômio/mães violência é recorrentemente citado. São mães que foram arrancadas de seus cotidianos graças a violência de nossos dias, uma violência que, atingindo seus filhos, por implicação, as atinge. Por isso, a conclamação à luta, a entrarem numa guerra contra esse “estado de guerra” em que vivem/vivemos. Aqui aparece uma outra novidade desse encontro (que aparecerá também com destaque no discurso jornalístico sobre o fato): essa não pode ser uma luta violenta. É por isso que a solidariedade, o amor e a esperança são as armas indicadas.

Ao lermos essa poesia, vemos que a violência é entendida enquanto uma realidade não-lógica e, de certa forma (retomando uma leitura dicotomizada do real), é vista como pertencente ao mundo dos homens; por isso, a referência ao som da metralhadora (um som ligado ao mundo da guerra) e ao fato de seus homens e filhos estarem morrendo por nada, porque tratava-se de uma guerra sem sentido e sem motivos. A vida está em perigo e essa mulher (autora da poesia), essa mãe, conclama outras mulheres, outras mães, a pôr-se de pé para a guerra, para construir a paz. Essa imagem é diferente da imagem da mulher acendendo o canhão para dar continuidade à luta que Goya criou.² Para esta mulher, suas armas não podem ser as mesmas do mundo masculino. Por isso, ela conclama, para serem seus aliados, os filhos e os velhos (também excluídos do mundo masculino) para tomarem partido nessa guerra. Os homens, como se percebe, estão excluídos dessa luta. Provavelmente isso ajuda a explicar a ausência desses pais, que estão absolutamente invisíveis nessa construção.

Essas guerras travadas violentamente, enfatiza, não lhes pertencem; portanto, seria hora de dar um “basta” ao fato de estar-se vendo constantemente os filhos morrerem. “Nossa é a vida, o sentimento, o amor, a esperança”, é o que nos diz a poesia. “Nossa” significa de todas elas: as mães que não entendem e não aceitam mais as mortes indiscriminadas. Não é a toa que termina sua poesia se perguntando “de quem são essas batalhas? Por que isso acontece? Quem as provoca?” O seu final é imperativo: “Mulheres insubmissas (lutem) pela PAZ e a vida”. Note-se que o substantivo “paz” vem em caixa alta, o que demonstra sua importância. À guerra opõe-se, é lógico, a paz (mesmo que para conseguí-la as mulheres tenham que se tornar insubmissas, desvirtuando a lógica, as representações dos papéis de gênero historicamente constituídos).

Nesta carta de intenções, resultante desse encontro, os mesmos temas reaparecem: mães em luta, mães numa guerra contra a violência que atravessa as fronteiras do mundo inteiro. Neste documento, elas se auto-definem como pertencentes a “um mesmo e único país”, aquele da discriminação, da perseguição, da tortura, da violência, do militarismo, da exploração e do racismo. Além da violência, novamente é a maternidade que é apontada como uma característica desse “país” a que pertenceriam. É nessa dimensão que constroem uma identidade comum.

Vera, também uma Mãe de Acari, nos fala desse momento e do encontro com essas mães. Ela relembra que tiveram contato com mães de dezessete países, o que acarretou, em seu entender, um aprendizado “fora do comum”. Ressalte-se que estiveram presentes não apenas várias mães, mas várias “categorias de

mães”, como as “Mães da Máfia”, as “Mães do tóxico”, as “Mães de Chernobyl”, as “Mães da Bósnia”, e as mulheres vítimas do trabalho escravo. Trata-se de imagens e categorias de mães sempre adjetivadas. Não são apenas mães; são sempre mães de alguém. A maternidade pressupõe sempre uma relação que ligaria mães e filhos. Apesar da diversidade de experiências (geográficas, sociais, de linguagem, de classe), elas buscam construir algo em comum, que possibilite a luta conjunta.

Vera relatou, também, o caso de uma mãe muçulmana que foi ao encontro, tendo que atravessar países diferentes para conseguir chegar à Paris. Esta chegou à noite, quando o encontro já havia ocorrido; contudo, elas fizeram uma reunião rápida com ela, que tinha que retornar depressa ao seu país, de onde não poderia ter saído; “ela foi muito corajosa também” – é o que Vera me disse com orgulho. A coragem é um elemento enfatizado; afinal, mães na luta têm que ser mães corajosas.

A mídia enfatiza bastante a “novidade” dessa construção: mães que saíram do que seria seu “espaço natural”, o mundo privado e passariam a estar na luta pública. Mas, como já afirmei, esse não é um fenômeno recente.³ Sem ir muito longe, aqui em nossas terras, vemos nos anos 80, as associações de mães, tecendo um futuro outro. Heilborn (1996) referindo-se às circunstâncias históricas do novo feminismo brasileiro nota que, a exemplo do que ocorreu na Argentina, foi a partir da identidade de mães que as mulheres das camadas médias ousaram desafiar o poder militar. A participação das mulheres no Movimento pela Anistia, contra a carestia, nas associações de moradores ou nos clubes de mães é realçada

também por Sader (1988). Assim, foi através do apelo aos valores associados à maternidade, tão sacralizados na cultura brasileira e latina por extensão, que muitas mulheres armaram sua luta política (HEILBORN, 1996).

Dessa forma, o que percebemos é que o fato dessa imagem, dessa construção (mães em luta) ter dado tão certo se deve à própria história de vida, singulares, únicas, dessas mulheres, mas também à cultura, ao *habitus* nos quais foram educadas a sentir e a pensar. Marcel Mauss (1979) estudou o que chamou de “expressão obrigatória de sentimentos”. O que vem sendo desenhado em nossos dias é uma nova forma de exprimir tais sentimentos. Uma forma nova que parece surgir em pontos e sujeitos isolados, mas que é tão social quanto a primeira, a que se refere este autor. A novidade é que a luta passa a ser vista como uma forma de manifestação da dor e da própria maternidade, como se fosse parte constitutiva desta.

Não se fala muito nas outras mães que não participaram da luta. Curioso é que, nesse momento, ao conversar com essas mulheres, vemos que o argumento desliza da esfera do natural para o social. Para se viver esse amor (tão naturalmente sentido por todas as mulheres), seria necessário o cotidiano da maternidade. A explicação para a não-participação dessas outras mães é que são mães que não teriam criado seus filhos – é preciso *viver* a maternidade para ser mãe (o que prova não ser este um amor tão natural). E uma mãe, além de ser responsável por cuidar de seus filhos, tem também que ser responsável pela sua busca, pela busca de justiça. Assim, nesses tempos modernos, vê-se que (novamente) as mulheres, especialmente às mães, são responsáveis em

cuidar e chorar por seus filhos. Mas, agora, também devem lutar, procurar por eles quando estes desaparecem.

Devo abrir um pequeno parêntese nesse momento. Além dessas mães que não participaram, há uma interessante discussão que se pode fazer sobre a ausência e a possibilidade de criar os “Pais de Acari”. Essa será uma lacuna assumida nesse texto, pois entrar nessa discussão fugiria em muito aos objetivos desse escrito, que está voltado para essa imagem (mães em luta) que encontrei, inicialmente, na mídia – e de onde surgiu meu interesse por esse tema. Entendo que a reflexão em torno da ausência desses pais deva ser motivo para um outro texto, dada a amplitude e a complexidade que encerra.

Continuemos, então. Em nome dos filhos foi dito que essas mulheres abandonaram o que seria o seu “destino natural” e emergiram no mundo público. Quero destacar que não desconheço a presença (historicamente constante) da mulher neste mundo. O que aponto como novidade é que esse fato é largamente enfatizado e, o que é mais original, é ostensivamente legitimado. Ao “cuidar”, uma atividade que vem sendo historicamente associada a figura feminina (LOPES, 1996), é acrescentado uma nova dimensão. Cuidar passa a significar não apenas proteger, maternar, educar, mas também ser responsável em lutar pela memória desse filho, por um enterro digno, por uma sociedade mais justa. Dessa forma, uma nova característica passa a fazer parte do que seria o papel materno. Um outro atributo é associado à imagem feminina: a *luta*. Essa novidade é que eu gostaria de realçar – assim como as contradições que traz em seu bojo.

Há uma relação dialética entre práticas e imagens, isso significa que a imagem que a sociedade constrói para a mulher esbarra sempre na figura concreta que esta imagem busca retratar. Não existe a Mulher, mas existem mulheres; assim como existem mães e não uma Mãe. Se existe um ideal para defini-las, este esbarra sempre na pessoa real, histórica, em seus medos, limites e possibilidades. A imprensa constrói uma imagem específica e a mulher identifica-se ou não com esta, podendo se identificar em parte e buscar redefiní-la. Não gostaria de passar uma visão maquiavélica da mídia, mas considero importante compreender que ela é portadora de um discurso que busca constituir sujeitos. E, ainda que se veja a mulher nas ruas, articulando, falando, se expondo mais, deve-se olhar com reservas esse processo para não ficar apenas repetindo uma visão positiva e não descortinar o que se vai escrevendo nas entrelinhas do discurso.

Se a imagem é a de uma mulher renovada, uma mulher mais atuante, não se pode esquecer que, de qualquer forma, é uma imagem que reforça o papel de mãe para as mulheres. As suas incursões nesses diferentes espaços só é justificada a partir de seu lugar de mãe. A cidadã é, antes de qualquer outra coisa, mãe. É essa dimensão que justifica suas incursões no mundo público.

Atentar para essas questões não significa negar os progressos obtidos. Se essas mulheres se voltaram para o seu papel de mãe, o fizeram por se sentir participante deste e, se para elas estava “destinado” um certo papel, e elas dele se aproveitaram, é porque esse papel respondia também aos seus anseios. Nesse mesmo processo, elas foram reconstruindo esse papel, dotando-o de outras

dimensões, reinventando-o. Todo papel é historicamente construído, podendo, portanto, ser transformado. Se elas se utilizaram de uma determinada figura de mãe, ajudaram também na construção dessa imagem, acrescentando cores, movimentos e cheiros, aderindo a determinados comportamentos, revolucionando outros. E foi assim, no meio de tantas imagens que as mulheres foram se construindo e a visão da maternidade foi, igualmente, sendo transformada.

Se a imagem da “revoltosa”, da “guerreira” foi a que me interessou, não podemos esquecer que todas essas imagens perpassam o cotidiano feminino, que possui, historicamente, como uma de suas características, a ambigüidade. Assim, essas mulheres se definem como mães, “flores”, “uma coisa linda”; mas são também “guerreiras”, “meio bruxas”, capazes de tudo por seus filhos. Apesar de flores, não são “flores de estufa” (como diz Marilene), não precisam ficar dentro de uma redoma; elas podem estar nas ruas, sentindo o vento, lançando vozes.

Vemos que nos noticiários encontramos facilmente a imagem da mãe sofredora: são imagens de mães desesperadas, “enlouquecidas” com o desaparecimento de seus filhos. Foi exatamente essa “loucura” que teria feito as mães saírem às ruas. A imagem do desespero é o que vemos em várias fotografias – porque foi a dor e a condição de mãe que justificaram a inserção dessas mulheres no espaço público. Um exemplo paradigmático nesse sentido, foi a morte de Edméia. Se a maioria das mães procura um “sentido” para as mortes de seus filhos, para que estes não morram em vão, uma coisa é certa em relação a sua morte: ela não morreu em vão. Edméia mor-

reu por uma causa, e uma causa muito justa: lutar para enterrar seu filho: “é direito de mãe e vou até o fim [...] Acho que estou ficando louca nessa procura, mas não vou parar” – foi o que disse em entrevista ao jornalista Carlos Nobre (1994).

Uma reportagem da Revista *Isto É Senhor* de 21 de agosto de 1991 tem como título “Locas de Acari: mães de garotos desaparecidos no Rio buscam o paradeiro dos filhos, ou de seus assassinos”. No meio da página, uma foto mostra três dessas mães (Ana, Marilene e Vera) muito sérias. Marilene, que está no centro da foto, segura uma tira de jornal com os retratos de alguns desaparecidos. Ela olha para a tira de papel que segura como que para enfatizar ser este o centro, o motivo da foto (bem como o motivo de suas lutas). No entanto, interessante nessa reportagem, é o seu título: “Locas de Acari”, fazendo menção às “Locas da Plaza de Mayo”. Muitos jornais fizeram essa comparação. Lembro-me que, em conversas no CBDDCA, a assistente social da época afirmou que, quando as mães da Cinelândia leram uma reportagem sobre elas com esse título, não gostaram. A matéria, que o CBDDCA possui xerocada, se intitula “‘Loucas’ da Cinelândia procuram suas filhas” e, nela, o jornalista Cláudio Renato fala sobre o cotidiano das mães da Cinelândia. Curioso é que todas essas reportagens possuem um tom ufania ao falar dessas mulheres que apesar de todas as dificuldades continuam na luta. Contudo, são raros os momentos em que a imprensa se debruça concretamente sobre esse cotidiano, sobre suas dificuldades a ponto de fazer uma análise séria das discontinuidades que o movimento sofre. Não. Esse só é mostrado nos seus momentos de maior impacto.

Mas o fato é que, apesar do jornalista afirmar no corpo da matéria que “unidas pelo mesmo destino trágico, elas se autodenominam as Loucas da Cinelândia, uma alusão às Loucas da Plaza de Mayo”, elas não gostaram do título da matéria. O motivo? Elas não eram loucas. O adjetivo, pejorativo em si, contém um história que, na verdade, não era do domínio delas: elas não conheciam as mães da Plaza de Mayo. Título explicado, história dividida, ficou mais fácil assimilar o adjetivo. Não há como negar o valor histórico das mães da Plaza de Mayo. E a comparação, na verdade, visava fortalecer o movimento das mães nacionais. Mas de qualquer forma, o adjetivo continua: as mães na praça continuam a ser loucas.

Arlette Farge (apud PERROT e DUBY, 1991) sinaliza que as mulheres apareceram, historicamente, como incitadoras para a ação masculina; ou seja, a representação da imagem da mulher como aquela que incita, como aquela que age a partir de seu instinto, nunca pela razão. Por isso, ela pode ser a “louca da praça”. Não é a imagem da razão que esse adjetivo resgata. Ao contrário, é uma imagem de mulher que tem seus direitos justificados a partir da esfera do afetivo - porque **é** mãe. Por isso sua ação é aceita, seu comportamento compreendido. Mas é ainda a imagem da mulher que age instintivamente, com o coração; é neste patamar que ela foi atingida. Por isso sua ação não pode ser considerada racional; por isso continuam sendo “as loucas da praça”.

Segundo Anne Higonnet (In Perrot e Duby, 1991, vol. 4) as figuras da madona, da sedutora e da musa seriam como arquétipos de longa duração no imaginário da imagem feminina. Ao fa-

larmos dessas mulheres (que são mães), a imagem da sedutora não aparece, como se fossem imagens mutuamente excludentes – mães não são consideradas sensuais. O mesmo não acontece com a dimensão da musa. Existe todo um imaginário voltado a ver nestas mulheres, em suas lutas, um ideal de solidariedade, de luta contra a impunidade. Se a figura da “madona”, da mãe amorosa e apegada aos filhos e sofredora é enfatizada, encontramos também imagens que mostram uma face outra da mãe. Estou me referindo aqui à imagem da mulher que luta. A madona também briga.

Na criação de um ideal de mãe, a imagem dessas mulheres lutando por seus filhos ocupa uma posição de destaque e mostra o peso dessa visão. Dessa figura da mulher guerreira, lutadora por seus direitos – direitos que ninguém contesta, pois estão catalogados no rol dos direitos de mãe – surge a imagem da “Musa da Solidariedade”. A leitura dos jornais é recheada de imagens dessas mulheres que protagonizariam um movimento que não se reduziria a nenhuma rubrica econômica, mulheres que seriam guiadas por um “sentimento maior”, o amor de mãe e que, portanto, atravessaria classes, possibilitando a união da sociedade em torno delas. Uma união em torno de valores afetivos – de novo, estamos expulsas do mundo da razão, como se fossem compartimentos estanques, incomunicáveis.

O *Jornal do Brasil*, por exemplo, fala dessas “mulheres que querem pacificar o Rio”; mulheres (mães, irmãs e filhas) que, apesar de terem perdido seus parentes de forma violenta, teriam se mobilizado para “promover justiça sem vingança”:

O dom de transformar pesadelos em sonhos está mudando a cara da cidade. As respon-

sáveis por essa proeza são mulheres cariocas que, após a morte de seus filhos, pais e irmãos, em brutais assassinatos, partiram da revolta inicial para uma guerra sem sangue ou perdedores. Engajadas em movimentos que pregam a paz como arma mais eficaz contra a violência, algumas já incomodam o mundo do crime, enfrentam ameaças de morte e não desistem do seu objetivo: provar que Justiça não é sinônimo de vingança (JORNAL DO BRASIL, 7 ago. 1994).

É preciso ser muito forte para corresponder a essa imagem. Converter a dor em ações constitui um difícil aprendizado de solidariedade. As imagens que vemos (neste e em outros jornais) mostram, mães no espaço público, mostra, seus rostos crispados, seus braços levantados, mas mostram também as lágrimas, os quartos dos filhos, as casas desarrumadas. Mesmo mostrando imagens de mulheres nos espaços públicos, nas ruas, passeatas, lugares onde até pouco tempo atrás, essas figuras pareceriam “fora de lugar” ainda assim, mesmo fora da casa, a “missão” imposta à mulher continua sendo a de organizar, ordenando a desordem, com carinho, com paz. Mostram uma revolta “dentro de uma certa ordem”, afinal são mães lutando contra a violência. Essa reportagem, escrita por uma mulher, nos dá bem uma noção do que estou falando aqui. Essas mulheres queriam, em seu entender, “pacificar o Rio”, organizar, portanto, a cidade e seus moradores. A proximidade com a imagem

tão bem trabalhada por Margareth Rago (1985) parece se re-atualizar: “do cabaré ao lar”; “das ruas para a casa” – esse parece ainda ser caminho indicado para as mulheres. Retirar das ruas (dos cabarés, das drogas) não apenas os maridos, mas também os filhos.

Concluindo, vemos que, como em qualquer processo social, existem continuidades e rupturas. Podemos dizer que duas imagens se confundem com a imagem da mãe que vemos ser paulatinamente construída. Permanece a imagem de mães que sofrem – a *mater dolorosa* – mas, e aqui se insere uma novidade; são também *mães que lutam*. Se essa imagem/essa prática não é nova, entendo que ela passa a ser mais enfatizada. A mãe de nossos tempos é uma mãe que precisa ser corajosa. E, repetindo uma longa história, a imagem da sedutora continua ausente da definição do que é ser mãe. Contudo, a imagem da musa retorna: a mãe encarna a própria idéia da força, da coragem e da justiça. A mulher que vai na frente, mostrando os caminhos. Resta saber se, depois das mulheres encabeçarem a revolta, o saber e o poder masculino tomarão a direção da barca.

Abstract: During, the 1990s the media widely featured news about women, particularly mothers, who struggled for justice in public venues. Motherhood and the killing or kidnapping of daughters and sons were the elements that connected them to each other. This paper explores this topic and asserts that during the

1990s was in course the construction of a new representation of the "mother figure". Moreover it examines the impacts, contradictions, continuity and ruptures that are parts of this process.

Keywords: Motherhood - Violence - Gender

Notas

¹ Devido aos estudos desenvolvidos em meu doutorado e que resultaram na tese "Mães de Acari: preparando a tinta e revirando a Praça: um estudo sobre mães que lutam", defendida em novembro/2001.

² Conforme a série de gravuras "Desventuras da Guerra".

³ Conforme Farge apud PERROT e DUBY, 1991, v. 3 apud PERROT e DUBY, 1991, v. 4 que demonstram a longa duração desse tema ao estudar mães em outra realidade (européia) e outros tempos históricos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações sociais*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil /DIFEL, 1990.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Mães de Acari: preparando a tinta e revirando a Praça: um estudo sobre mães que lutam*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

GEERTZ, Cliford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura, _____. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GÓIS, João Bôsko Hora. *Vestígios da força das palavras: escritos sobre a AIDS*. 1999. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

GOYA. *Desventuras da guerra*. [S. D.]. Série de gravuras.

HEILBORN, Maria Luísa. *O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro*, Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil, (org.: Felícia Reicher Madeira, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo, *Lua Nova*, Rio de Janeiro, n. 33, 1994.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 7 ago. 1994.

LOUCAS de Acari: mães de garotos desaparecidos no Rio Buscam o paradeiro dos filhos, ou de seu assassinos. *Isto É/Senhor*, São Paulo, 21 ago. 1991.

LOPES, Marta Júlio M. *O sexo do hospital. Gênero & Saúde* (org.: Marta Júlio M Lopes et all), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MAUSS, Marcel. *A expressão obrigatória de sentimentos*. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

GÊNERO

MITERRAND, Daniele. Prefácio. In: NOBRE, Carlos. *Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MULHERES de palavras: uma questão de gênero: 1999. Programa exibido pela TV Senac.

NOBRE, Carlos. *Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 22 mar. 1994.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. v. 1-5.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMUKLER, Beatriz. Las mujeres en la democratización social, *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1995.